

Valorização do legado mineiro. As minas do Pejão

Daniela Pereira Alves Ribeiro*

RESUMO: À semelhança do que se verificara em muitos países europeus, a partir do século XIX a exploração do carvão teve um papel fundamental nas indústrias portuguesas. Durante décadas a população de Castelo de Paiva viveu em torno do Couto Mineiro, revelando-se, desde 1940, a "Exploração" a maior fonte empregadora da Bacia Carbonífera do Douro.

O património mineiro constitui por si só valor identitário e de representatividade. Não só pela especificidade das formas e equipamentos que acompanhavam os processos de extracção; também pelas lógicas sociais que o árduo trabalho no subsolo obrigava a estruturar.

Hoje o legado mineiro encontra-se desarticulado. É fundamental desenvolver uma estratégia de intervenção. Mais do que *musealizar* tudo o que foram equipamentos de extracção mineira, a sua valorização deverá conduzir à requalificação da paisagem e do território.

A responsabilidade de preservar o legado mineiro surge como uma oportunidade para o desenvolvimento de condições que assegurem o seu futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Património; Indústria; Território; Intervenção

ABSTRACT: Similar to what was happening in other European countries, from the XIX century on, the coal exploitation had a decisive role in Portuguese industry. For decades the population of Castelo de Paiva lived around the Couto Mineiro, revealing up the "Exploitation" the most significant employing source from the Douro Coal Basin.

The mine's heritage has for it self important identity and representative value. Not only for its specificity of shapes and equipment that were part of the extraction process but, as well, for the social logics that the hard underground work imposed.

Nowadays, the mine's heritage is unarticulated. It is essential to develop a strategy of intervention. Apart from musealization all the equipment of mineral extraction, it's valorization should lead to the re-qualification of landscape and territory.

The responsibility to preserve the mine's heritage is presented as an opportunity to develop conditions that allow its future.

KEYWORDS: Heritage; Industry; Territory; Intervention



IMAGEM 1- "Poço Germunde II"

A escolha do legado resultante da exploração das Minas do Pejão como objecto de estudo advém do reconhecimento do seu valor enquanto património, mais do que industrial, sociocultural.

Ainda que se tratando de património não classificado, à semelhança do que se verifica na maior parte dos territórios resultantes de explorações mineiras, o “Couto Mineiro do Pejão” assume-se como a principal referência identitária, não só do concelho de Castelo de Paiva, mas de toda a região.

Antes do seu encerramento, em 1994, as Minas constituíam a principal estrutura territorial e socioeconómica do Baixo Concelho. Muitos dos seus lugares tornaram-se fisicamente inúteis, contudo, conferem ainda um sentimento de pertença e de relacionamento entre os antigos mineiros.

O abandono das Minas conduziu à perda das referências das povoações que se desenvolveram no território do Baixo Concelho, não só as inerentes ao meio de trabalho como as socioculturais. Ainda que toda a Paisagem lembre à comunidade mineira a existência de uma realidade passada, esta apresenta-se cada vez mais desarticulada do antigo sistema de extracção.

Ultrapassadas quase duas décadas após o encerramento das Minas, o território herdado apresenta-se numa fase de degradação crítica. Resultado da substituição das lógicas estruturantes de ocupação territorial e da falta de perspectiva com que a população saudosamente encara o futuro das formas resultantes da Exploração, o legado mineiro encontra-se disperso, tornando-se premente a reflexão sobre o

património construído e as estruturas sociais deixadas pela exploração mineira, em que hoje assenta a memória colectiva da "família do Pejão".

Mais do que o património industrial, o património mineiro constitui por si só valor identitário e de representatividade. Não só pela especificidade das formas e equipamentos que acompanhavam os processos de extracção e que chegaram até nós; também pelas lógicas sociais que o árduo trabalho no subsolo obrigava a estruturar.

O "Couto Mineiro" deverá ser entendido num contexto abrangente, valendo enquanto legado técnico-arquitectónico e, fundamentalmente, pelo valor sociocultural que os modelos de organização territorial fundaram na população.

A população para quem hoje o legado mineiro tem valor enquanto memória colectiva, enquanto património, assume-se, na sua maioria, não apenas por aqueles que trabalharam na Mina, mas por todos aqueles que faziam parte da "família do Pejão" e que hoje constituem fruto da sua estrutura sociocultural.

Não basta entender o legado mineiro como património de salvaguarda, é importante entender as Minas como património de referência, âncora cultural na região, capaz de interagir com a memória colectiva, enraizada nas próprias formas, no território, palco das vivências de uma sociedade própria. Torna-se peremptório debater a sua integração nos modos de vida contemporâneos, e entendê-lo como parte integrante de uma Paisagem Cultural específica.

Território-Enquadramento histórico-cultural

No início do século XIX, surge a maior parte das concessões mineiras portuguesas, acompanhando Portugal o resto da Europa na procura de condições para o seu desenvolvimento industrial. Dá-se o incremento da corrida ao carvão mineral.

Com o início da exploração da Bacia Carbonífera do Douro, em meados do século XIX acentua-se o interesse no território a sul do Douro, originando o que terá sido a primeira mina de carvão descoberta no território do Couto Mineiro do Pejão, a Mina da Póvoa.

Dependentes das características geológicas do solo, as explorações surgem geralmente em locais inóspitos, afastadas das povoações, onde se torna necessário criar estruturas que garantam a exploração do subsolo e também as necessárias à vivência dos mineiros. No caso das Minas do Pejão, este novo sistema de estruturas territoriais ganha complexidade pela pré-existência de povoações sobre o que seria o filão de carvão a explorar.

No final do século XIX, estas pequenas povoações -nunca constituídas por mais de 15 habitações-apresentavam sensivelmente a mesma distância entre si, cerca de 2 km, consequência de um raio de apropriação para cultivo. A localização dos aglomerados reflecte a típica apropriação territorial da margem do Douro,

caracterizada por grandes declives: ou numa posição alta -não extrema-, ou junto ao rio. Na primeira, criam-se socalcos e libertam-se os vales para a agricultura. Evita-se o clima agreste do alto dos montes; na segunda, privilegiam-se as relações comerciais, tendo como via de comunicação por excelência, o Douro.

Estas povoações estavam estruturadas a partir de uma rede de caminhos, destacando-se a estrada que liga Castelo de Paiva ao Porto e que, no final do século XX passa a corresponder a um troço da EN222. À semelhança do rio Douro, será também esta via um dos elementos estruturantes do Couto Mineiro, capaz de hierarquizar e ordenar o território, aqui fortemente condicionado pela topografia acentuada.

Com o surgir das Minas do Pejão, a esta lógica de apropriação do território sobrepõe-se uma outra, a do subsolo. A exploração mineira incidirá sobre o filão da Bacia Carbonífera do Douro, ao longo de 10 km, desde Arouca a Germunde, ao longo do qual surgirão as várias minas e os respectivos aglomerados populacionais, condicionados pela capacidade de extracção do minério e pela facilidade do seu transporte e comercialização.

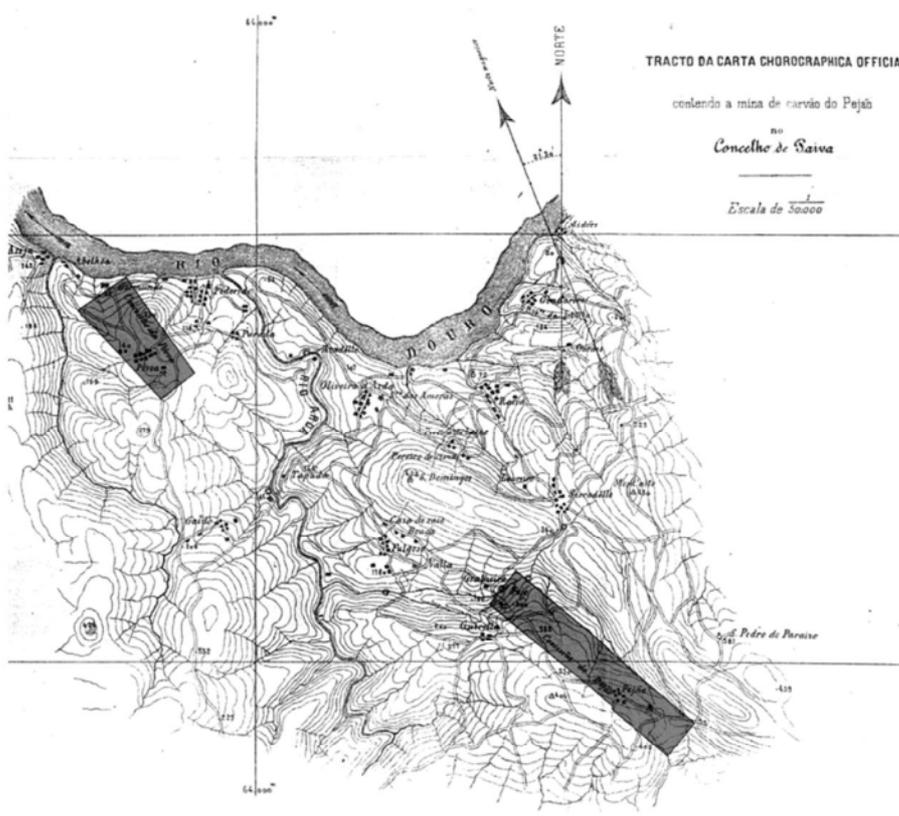


IMAGEM 2- "Mina de Carvão do Pejão. 1877"

Assim se percebe que o período de maior exploração tenha sido aquele que se seguiu à ligação por teleférico com a central termoelétrica da Tapada do Outeiro, que

as primeiras minas intensamente exploradas tenham sido as localizadas em zonas onde o filão se encontrava mais à superfície ou que tenha havido uma constante deslocação da exploração em direcção ao rio, através do qual era feito o transporte do Carvão para o Porto.

Da formação do “Couto Mineiro” surge um território polinucleado, articulado e estruturado de forma linear através do caminho-de-ferro que, internamente se definiu como o eixo principal do sistema de povoamento durante o século XX. Era este o elemento que, à superfície, garantia a coesão entre os pontos de exploração do subsolo e a sua ligação ao Douro.

Será no ponto de articulação entre o sistema de povoamento, de carácter rural, preexistente e o introduzido pela Exploração que surgirá o maior investimento da Empresa Carbonífera do Douro, em Oliveira do Arda, na intersecção do eixo do caminho-de-ferro com a EN 222, no lugar da Estação. Inicia-se aqui um processo de hierarquização entre aglomerados, ganhando relevância os que se localizavam nas proximidades da linha férrea.

O território que anteriormente à mineração do carvão se via marcado por uma paisagem agrícola, pontuado por aldeias de arquitectura popular construídas com o xisto da margem sul do Douro, é agora marcado pela miscigenação entre uma paisagem rural e uma paisagem industrial, consequente da mútua reacção entre o sistema de exploração mineira e o território que a acolhe, demarcando-se das "terras negras" dos territórios mineiros europeus.

Estrutura mineira e o seu significado

No final da 1.^a Grande Guerra, e pelas necessidades de carvão por si impostas, o “Couto Mineiro do Pejão”, demarcado em 1920 como tal, pela Empresa Carbonífera do Douro, apresentava-se já como uma micro-região, um território praticamente autónomo, constituído pelo espaço social dos mineiros, independentemente do local onde estes habitavam, onde os espaços do trabalho mineiro, agrícola, as aldeias, e até mesmo os espaços comerciais se misturavam, tornando só a uma comunidade muito própria os signos e valores que dali provinham.

No intuito de estruturar o quotidiano dos mineiros, o “Couto Mineiro” apresentava, na sua génese, poucos espaços públicos, sendo os existentes adjacentes a equipamentos religiosos. A liberdade interior e o comprometimento social imposto pela vida religiosa constituíam o principal motor de organização de eventos e de relações extra-laborais.

Com a entrada de Jean Tyssen na administração da Empresa Carbonífera do Douro, inicia-se um programa de reforço da rede de estruturas de apoio social, ao nível

da habitação, da saúde, da educação, da distribuição de bens de consumo e até mesmo do desporto.

Do investimento na melhoria da qualidade de vida no “Couto Mineiro do Pejão” destacam-se a criação de uma Caixa de Previdência -que assegurava os cuidados de saúde e o pagamento do salário em caso de acidente ou doença dos mineiros- e a construção de equipamentos e infraestruturas de apoio aos trabalhadores e suas famílias, dando corpo não só a uma estratégia de modernização e promoção da imagem da própria Empresa, mas também fomentando a atractividade de mão-de-obra.

Todo este investimento a nível de equipamentos de apoio social, a partir de 1940, reflecte o incremento das preocupações com a saúde e formação dos trabalhadores da mina, entendidas, a partir de então, como basilares para a manutenção da sua produtividade.

Durante a década de 1950 a imagem comum, colectiva, de pertença ao Couto é fomentada pela construção de novos equipamentos, agora mais próximos do Douro. Desenhadas na empresa e para a empresa, estas formas surgem da apropriação da linguagem tradicional das construções autóctones por parte de uma arquitectura ao serviço das minas, conferindo uma unidade específica ao território mineiro e que deverá então ser entendida como símbolo de identidade (património).

No intuito de gerar uma espécie de referência/modelo socio-económico em todo o território do Baixo Concelho, estas estruturas de apoio pretendiam criar motivações para os mineiros, estando a maior parte destes espaços de apoio relacionados com a protecção à família e com a qualificação do próprio trabalho. Eram também os espaços onde tinham lugar os momentos de sociabilidade e as festividades. No fundo, todo o sistema assentava numa espécie de paternalismo que acaba por se justapor, de certa forma, ao papel do Estado Novo, onde o trabalho, a família e a religião eram entendidos como valores fundamentais.

As habitações

Contrariamente ao que se verifica noutros complexos mineiros, no “Couto Mineiro do Pejão”, as habitações agrupavam-se em bairros dispersos pela serra, destacando-se três grandes conjuntos habitacionais construídos pela Empresa, Folgoso, Santa Bárbara e Germunde, constituindo um universo de 287 habitações -construídas entre 1949 e 1957-, nas quais a simplicidade e banalidade das construções, bem como a harmoniosa relação que as suas implantações estabelecem com a topografia acentuada do terreno, determinam o seu valor identitário.



IMAGEM 3 - "Bairro de Santa Bárbara. 1955"

A arquitectura que caracterizava as habitações mineiras assentava numa grande adaptação à ruralidade, fomentando a continuidade da ligação do mineiro à terra. O trabalho de lavoura era entendido como uma segunda actividade a desenvolver no seio familiar e que, segundo a Empresa Carbonífera, devia ser conservada. Na maior parte dos bairros, manteve-se a lógica do comunitarismo agrário através de equipamentos comunitários como o forno do pão ou os lavadouros. Noutros, verificou-se mesmo a sua reprodução. A ocupação dos tempos livres devia ser canalizada para o ambiente familiar, evitando as discussões políticas de café ou até mesmo actividades grevistas.

Também às políticas habitacionais promovidas pela Empresa se deveu a construção e recuperação das habitações dos trabalhadores das minas que, através de um “fundo especial de empréstimos e participações”, do provisionamento de um “modelo arquitectónico adequado” e do fomento da autoconstrução, tornavam possível a aspiração de o mineiro de possuir casa própria.

Os engenhos das minas

Ainda que projectados pelos mesmos técnicos envolvidos na construção das habitações e dos equipamentos de apoio social, os edifícios construídos para participarem no processo extractivo apresentam um resultado formal completamente distinto, não só pelo programa específico a que se destinam, mas também pela introdução de um sistema construtivo próprio, baseado em estruturas de betão armado e obedecendo à escala da própria Exploração, em nada articulada com a medida do homem.

Estes, tendo como principal aspiração serem máquinas eficazes, conseguiram, através de uma grande clareza nas suas opções formais, atingir um patamar de grande beleza. (...)

Ainda hoje, visitando as ruínas que testemunham a perenidade do betão, se percebe esta colocação do edifício na paisagem, sempre marcada pelo silêncio, como se por ali não tivesse passado um intenso processo de extracção.¹

O impacte destas peças é, na sua maioria, dado pela sua articulação com a paisagem, destacando-se com grande presença nos montes desertos onde assentam, sugestionando, a sua escala, a dimensão da exploração no subsolo.



IMAGEM 4 -
"Canal do
Martelinho"

Inteligível enquanto conjunto, o “Couto Mineiro” apresentava-se como uma comunidade autónoma, dependente de uma tutela especial, com uma cultura

¹ARAÚJO,2006:183

administrativa própria. Estava organizado segundo uma estrutura territorial de ocupação do solo e do subsolo, na qual todos os pormenores da vida do mineiro eram equacionados. Desde a formação profissional à prática desportiva. No fundo, tratava-se de uma série de políticas de atracção de população para os espaços de mineração e de garante das condições técnicas e sociais necessárias à exploração dos filões de carvão.

Decorrente da actividade mineira, a população do Concelho deixara os campos e fixara-se nas áreas contíguas aos pontos de extracção. Daqui, verificara-se o incremento populacional das freguesias que integravam o “Couto Mineiro do Pejão”. Desde 1940, a Exploração era, de facto, a maior fonte empregadora da Bacia Carbonífera do Douro, assumindo-se, até ao seu encerramento, como a principal estrutura socioeconómica do Concelho.

Hoje, e contrariamente à lógica de articulação entre aglomerados conseguida no Baixo Concelho através da estrutura mineira, Castelo de Paiva caracteriza-se por uma grande dispersão populacional, em grande parte devida do progressivo abandono das lógicas territoriais consolidadas durante a primeira metade do século XX, fortemente agarradas ao que seriam os principais eixos viários, como a linha de caminho de ferro.

Os edifícios integrados no “Couto Mineiro”, em parte, perderam-se. Nos principais núcleos do sistema mineiro, Oliveira do Arda ou Pedorido, foram absorvidos pelos próprios aglomerados populacionais. Ainda que sem uma estrutura coesa para a sua preservação, os edifícios fazem já parte das vivências locais.

Avaliação da gestão existente

Após o encerramento das Minas, os edifícios que deste complexo faziam parte foram sendo desarticulados, não só pela obsolescência funcional a que ficaram sujeitos, mas também pela perda de função no conjunto socioeconómico da extensa estrutura que eram as Minas do Pejão. Com a perda das lógicas de funcionamento da actividade mineira, perdeu-se a lógica de integração territorial dos equipamentos, não só os técnicos, mas também os sociais.

Uns, foram vendidos a privados. Outros, cedidos a instituições e associações locais. Alguns passaram a propriedade do Município. A maior parte dos edifícios continua a pontuar o território, mantendo as correlações já estabelecidas. Perdeu-se sim, a sua relação com as povoações e com as próprias lógicas de funcionamento quotidiano.

Muitos deles têm agora um carácter privado -o que na lógica da sua conservação seria a estratégia mais viável para a sua continuidade enquanto edifício-. Todavia, é uma condição que não deixa de ser contraditória ao princípio comunitário que estivera na sua génese.

Consequência da substituição das lógicas estruturantes de ocupação do território e da falta de prospectiva com que a população saudosamente encara o futuro das formas resultantes da Exploração, o legado mineiro encontra-se hoje desarticulado. Contudo, ainda hoje se apresenta como conjunto potenciador de novas dinâmicas para o território, não só pelo seu valor formal e cultural, como pela própria capacidade de articulação com a paisagem e que foi sendo desvalorizada ao longo dos últimos anos.

Evidencia-se hoje no território o núcleo que, durante todo o período da Exploração Mineira terá tido maior notoriedade, a Quinta de Germunde, destacando-se desde a administração de Tyssen pelo seu papel central no território das Minas. Mais do que pela sua localização geográfica -não se tratava de facto, de um centro físico do território mineiro-, pelas suas características topográficas e proximidade ao rio Douro.

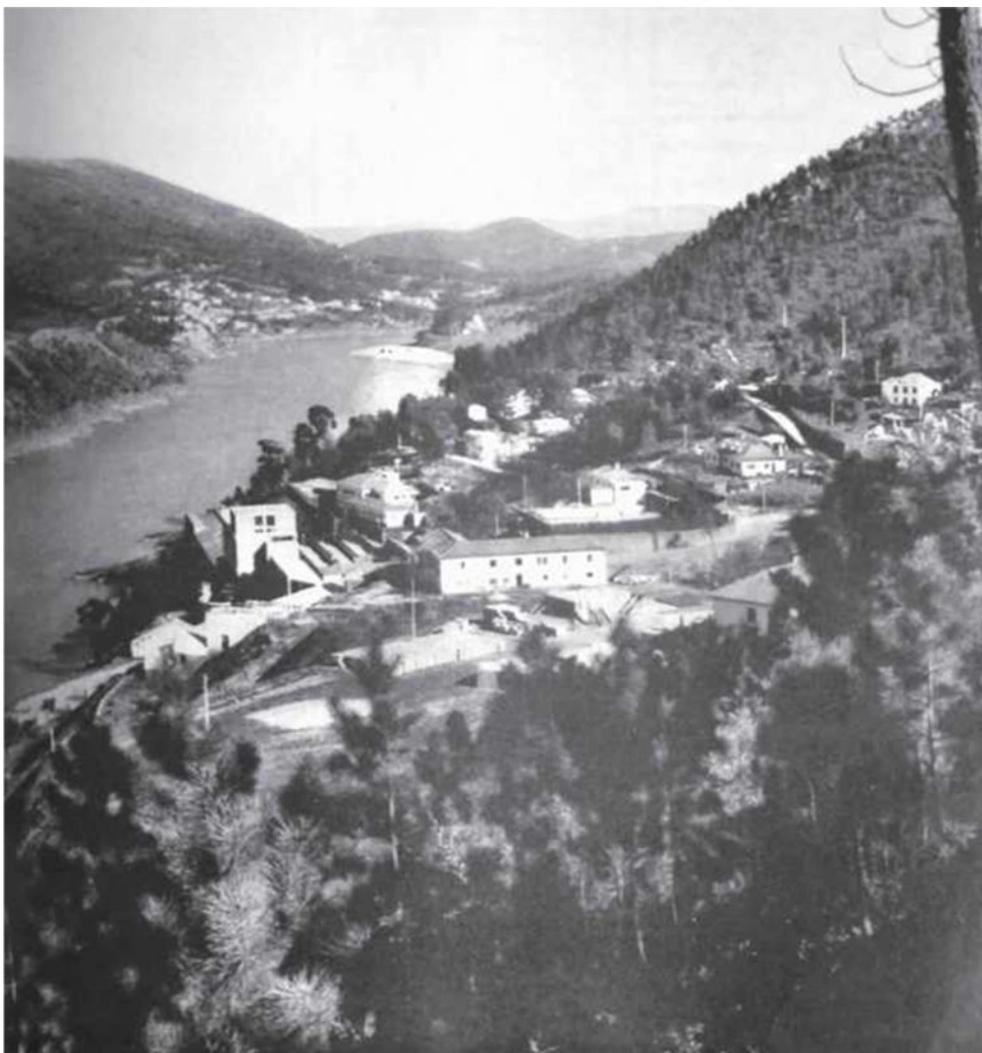


IMAGEM 5- "Germunde.1951"

Por outro lado, este conjunto agregou uma série de edifícios com funções distintas, todos eles articulados entre si e com uma leitura integrada na paisagem que se mantém, apresentando-se como ponto fulcral de intervenção no Baixo Concelho, não

só pelas suas características enquanto complexo -e que o tornam desde logo objecto de análise-, como pela sua relação com o território envolvente.

Ao longo da encosta, os edifícios vão adaptando-se à topografia, relacionando-se através de um sistema de rampas e escadas, a partir do rio. Ganham maior relevância no conjunto a lavraria, o poço, as oficinas, os armazéns de materiais, organizados funcionalmente segundo dois eixos estruturantes: um, relativo ao último troço das galerias no subsolo, outro, definido pelo caminho-de-ferro do "Couto Mineiro do Pejão". Aqui, à realidade construída por uma série de edifícios de carácter social e escala próxima da do Homem, contrapõe-se uma outra, a de afirmação na paisagem, e que não deixa cair em esquecimento a especificidade do trabalho da mina.

Após o encerramento das Minas desenvolveu-se uma série de propostas de reutilização das estruturas mineiras, tendo, como denominador comum, a reconversão do núcleo de Germunde.

Paralelamente ao projecto que foi sendo desenvolvido para o *Museu do Carvão & das Minas do Pejão*², desenvolveu-se um outro para aldeamento turístico³. Independentemente da articulação, ou não, da estrutura deste complexo na compreensão do que é o património do Couto Mineiro do Pejão -e até mesmo no próprio território- o projecto foi deixado para trás.

Hoje, os edifícios habitacionais encontram-se à venda, individualmente, e sem qualquer pretensão de desenvolvimento enquanto conjunto. Mantêm-se a perspectiva de um *Museu do Carvão & das Minas do Pejão*.

Ainda que os edifícios industriais sejam adaptados à indústria da contemporaneidade -a cultura-, a expectativa da sua reutilização já mais poderá ser cumprida sem uma abordagem transversal e integrada ao território, incidindo não na musealização dos edifícios industriais existentes, mas articulando este património com as vivências quotidianas do território, qualificando-o como um espaço contínuo e sequencial, vivenciado não só por turistas, mas também por/e para os habitantes do que era o "Couto Mineiro do Pejão".

Por outro lado não é possível, nem desejável, definir uma estratégia para o território (disforme e disperso!) unicamente a partir do património mineiro pois este é, em grande parte, uma ruína.

²O conceito de Minas de Pejão pressupõe que os públicos entendam a realidade mineira como território (...). Assim deverá eleger-se a paisagem mineira e um conjunto de edifícios (...) como valores mineiros, culturais e sociais inerentes. Todos esses edifícios devem estar disponíveis à visita, no entanto com funções e situações patrimoniais, culturais e museológicas diferentes. Quatro deles destinam-se a núcleos do Museu e os restantes a pólos dos itinerários de visita cultura " (CUSTÓDIO,2004:125)

³De acordo com o Artigo "Antigas minas do Pejão vão dar lugar a um aldeamento turístico" (VINHAS, 2006)



IMAGEM 6 E 7- "Lavraria de Germunde"

Proposta de intervenção

A valorização do património das Minas do Pejão implica, mais do que a sua classificação enquanto bem cultural, a sua revitalização, viabilizando-o enquanto potenciador de novas vivências, motoras de desenvolvimento social, cultural e até mesmo económico. Mais do que *musealizar* o que foram equipamentos de extracção, a valorização deste legado deverá articular-se com um sistema de qualificação da paisagem e do território hoje vivenciado.

Qualquer estratégia que pretenda a valorização do património mineiro do Pejão deverá conduzir à sua reintegração no território, possibilitando a leitura das formas da Exploração enquanto parte integrante de um todo. Ainda que a evolução dos edifícios industriais para ruína tenha construído uma nova paisagem, o entendimento do sistema de relações que sustenta a memória colectiva do Couto Mineiro deverá manter-se.

Por um lado, o património mineiro deverá ter uma leitura própria no território; por outro, o território integrado no que fora o Couto Mineiro do Pejão não apresenta hoje uma estrutura totalmente legível. Torna-se pouco viável qualquer re(estruturação) do território única e exclusivamente a partir deste legado. É sim fundamental a sua integração nas lógicas de funcionamento do território do Baixo Concelho.

Trata-se de uma lógica de intervenção que pretende, através da articulação dos antigos sistemas das minas com as lógicas e necessidades actuais, devolver o

significado deste património à população que nele revê a sua história. A questão identitária deverá ter repercussões claras na estrutura territorial.

O que se pretende não é assim definir uma estratégia de conservação. Muito menos introduzir uma lógica de vulgarização da herança construída. Pretende-se sim valorizar o passado, representado, mais do que pelas ruínas de cada edifício que encontramos hoje, pelas lógicas de articulação e vivência do território, introduzindo, simultaneamente, novos usos que façam sentido para ambos.

Esta ideia de valorização do património mineiro ganha maior pertinência se encarada como meio para travar a sua degradação e desarticulação no território: indissociável dos costumes e tradições e enraizados nos atores locais, a valorização da paisagem cultural do Couto Mineiro é forçosamente acompanhada por uma componente de tratamento de território, de valorização turística e até mesmo de desenvolvimento regional, constituindo-se como uma nova oportunidade para a população.

À semelhança do que se verificou através das propostas de intervenção no legado mineiro apresentadas nas últimas duas décadas, entende-se o núcleo de Germunde como um ponto-chave para o desenvolvimento de qualquer estratégia para a valorização do legado mineiro.

A localização privilegiada de proximidade com o Rio, com a Estrada Nacional e com o aglomerado populacional de Pedorido determinaram o seu papel fulcral no Couto Mineiro.



IMAGEM 8- "Germunde"

Até hoje, mantiveram-se as lógicas relacionais e de circulação que o caracterizavam como espaço nuclear. Manteve-se também a maior parte das edificações: as de carácter industrial, os serviços administrativos, os equipamentos de apoio social, as habitações; perduraram as lógicas de articulação e os espaços de vivência colectiva.

O que levou Germunde a ter um papel preponderante no desenvolvimento do território durante a segunda metade do século XX deverá ser revitalizado, destacando-o não só no território do Baixo Concelho, mas em todo o território de Castelo de Paiva.

A qualquer intervenção no património estará subjacente o reaproveitamento dos edifícios existentes, preservando-os naquilo que lhes define a identidade mineira. A procura de programas idênticos aos para os quais foram inicialmente concebidos e a não edificação de novas formas no complexo de Germunde é apontado como o caminho para a regeneração deste núcleo, no qual se pretende, acima de tudo, valorizar o legado mineiro e aqueles para quem a sua estrutura socioeconómica fora entendida como valor essencial.

A introdução de programas discriminados em parte das edificações existentes promoverá a sua regeneração enquanto espaço propulsor de desenvolvimento, promovendo, paralelamente, novas dinâmicas aos serviços e equipamentos hoje em funcionamento, e a complementaridade entre as lógicas já estabelecidas no território e aquelas que se pretendem instaurar.

A recuperação das vivências dos edifícios e espaços existentes implica, naturalmente, intervenção no construído. Contudo, intervenção de carácter muito próprio, capaz de garantir a preservação dos valores que conferem aos edifícios e ao próprio território a identidade que os estrutura.

Simultaneamente, deverá ser garantida a requalificação do espaço público, tendo em conta a articulação do núcleo com os aglomerados populacionais envolventes, a requalificação e fruição da frente ribeirinha, e até mesmo as questões de acessibilidades, contribuindo, não só para o desenvolvimento deste núcleo, mas também do território envolvente.

Propõe-se assim uma estratégia que visa o desenvolvimento não exclusivo deste núcleo, mas antes encara esta prioridade como um ponto de partida para um desenvolvimento integrado, capaz de delinear um território articulado e estruturado, possibilitando a sua fruição e antevendo o retorno do investimento que aqui se pretende conduzir, não só financeiro, mas, e sobretudo, social e cultural.

A reactivação do que era um antigo núcleo das Minas passa então não por uma atitude revivalista ou até museológica, mas sim pela pertinência da recuperação das vivências que se fizeram sentir no território do Baixo Concelho. A dinamização das infraestruturas existentes, recuperando as lógicas de colectividade que ali se

implementaram e que tanto contribuíram para a fixação de população, aparece como estratégia para a redução das vulnerabilidades e ameaças inerentes ao património mineiro.

Pretende-se que a sua revitalização introduza oportunidades para reequacionar os recursos autóctones- não só patrimoniais, também sociais, culturais e até mesmo económicos-. A transformação da paisagem, salvaguardando a unidade cultural que a identifica, é aqui apresentada como motor da regeneração das lógicas existentes e, simultaneamente, de atractividade, marcando o arranque dos processos necessários para estancar a desertificação e a actual conjuntura económica e socialmente regressiva.

A responsabilidade de preservar o legado mineiro aparece aqui como uma oportunidade para o desenvolvimento de condições que assegurem o futuro.

Bibliografia

- ARAÚJO, Hugo (2006). *As Minas do Pejão- território e formas*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura.
- CARVALHO, J. França de (1954). Constrói a tua casa – A escolha do terreno. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 71, p. 5
- CARVALHO, J. França de (1954). Constrói a tua casa – O projecto. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 72, p.9
- CARVALHO, J. França de (1954). Constrói a tua casa – Implantação no terreno. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 73, p.9.
- CARVALHO, J. França de (1954). Constrói a tua casa – Obra de pedreiro. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 74, p.9
- CARVALHO, J. França de (1954). Constrói a tua casa – Obra de carpinteiro. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 75, p.9.
- CARVALHO, J. França de (1955). Constrói a tua casa – Obra de trolha e pintor. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 76, p.9.
- CARVALHO, J. França de (1955). Constrói a tua casa – Anexos. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 77, p.9.
- CARVALHO, José (2011). *Regeneração Urbana. Uma visão estratégica para Castelo de Paiva*. Castelo de Paiva: Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Documento não editado.
- CUSTÓDIO, Jorge (2004). *Museu do Carvão & das Minas do Pejão – Programa Museológico*. Castelo de Paiva: Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Documento não editado.

- CUSTÓDIO, Jorge (2005) -*Património Mineiro*. « Revista Património Estudos Nº 8 - Intervenções em Património». Lisboa: IPPAR- Departamento de Estudos, p.144-163.
- EDM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro e DGEG- Direcção Geral de Energia e Geologia (Coord. Edição) (2011). *A Herança das Minas Abandonadas. O enquadramento e a actuação em Portugal*. Disponível em<<http://www.edm.pt/html/livro.html>>
- FARIA, A. Gonçalves (1958). A evolução dos trabalhos de exploração das minas dos últimos 25 anos. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 115, p. 4-5.
- FREIRE, José Lopes (1949). A geologia como matéria de instrução de mineiros. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nºs 10-12, p. 3.
- ROCHA, Idorindo (1997). *O Carvão numa Economia Nacional – O caso das Minas do Pejão*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- VINHA, José (2006). *Antigas minas do Pejão vão dar lugar a um aldeamento turístico*. «Jornal de Notícias on-line», 30 de Julho de 2006. Disponível em <http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=562501&page=2>.
- (1951). Bairro de Santa Bárbara. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 25, p.1.
- (1951). Falando de nós – O Poço do Fojo. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 38, p.3.
- (1952). Falando de nós – O Nosso Serviço Social e a Construção e Reparação de Casas – *Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 45, p.3
- (1952). Ontem e hoje. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 49.
- (1952). A nossa exposição. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 49.
- (1952). Dez anos depois. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 49.
- (1952). Centro de Acção Social. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 49.
- (1952). Produção de carvão 1939 – 1952. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 49.
- (1952). Descrição do Bairro de Santa Bárbara. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 49.
- (1955). Viagem com o carvão – Do Fojo a Germunde. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 82, p. 5 e 8.
- (1956). Casas da malta. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 85, p.13.
- (1955). Casas da malta. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 86, p.13.

(1956). As fundações da Lavaria de Germunde. *O Pejão – Mensário do pessoal das Minas do Pejão*, nº 90, p. 15.